

Conselho deixa 2 turnos para o Congresso decidir

9 ABR 1986

BRASÍLIA — Em sua reunião de ontem o Conselho Político do Governo resolveu, por sugestão do Presidente José Sarney, deixar sob a responsabilidade do Congresso assuntos políticos polêmicos, como a adoção dos dois turnos para a eleição de Governadores e o fim das sublegendas e dos candidatos natos ao Senado. Quanto aos dois turnos, PMDB e PFL divergem (o primeiro é a favor, o segundo contra) e dentro do Governo esse desentendimento se acentua, com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, a favor e o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, contra.

Após a reunião, o Líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), anunciou que até o final desta semana Brossard concluirá anteprojeto de lei contra o abuso do poder econômico nas eleições. Disse que há consenso no Governo no sentido de apresentar um projeto que não fique desmobilizado e o Ministro da Justiça tem apoio para a sua tese de que é preci-

so conhecer a realidade do interior do País para editar uma lei capaz de, em um sistema capitalista, coibir os abusos do poder econômico nas eleições. Ele procurou defender Paulo Brossard, que, para alguns críticos, tem demonstrado desânimo em relação ao assunto.

O único ponto visando a coibir o abuso do poder econômico nas eleições que ficou no anteprojeto de legislação eleitoral a ser discutido hoje entre os Líderes é o que proíbe qualquer tipo de propaganda eleitoral nas 48 horas anteriores e nas 24 posteriores ao pleito, acabando com a chamada "boca de urna". Toda a parte relativa a crime e propaganda eleitoral, constante do anteprojeto original do Deputado João Gilberto (PMDB-RS) foi retirado pelo Conselho Político, que entendeu caber ao Executivo a tarefa de elaborar um projeto sobre abuso do poder econômico, ficando, em contrapartida, o Legislativo encarregado da legislação eleitoral.